

Capítulo IV

Dimensões sociais do processo de urbanização no Brasil

Ruben George Oliven

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

OLIVEN, RG. *Urbanização e mudança social no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010. Dimensões sociais do processo de urbanização no Brasil. pp. 54-73. ISBN 978-85-7982-001-4. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Capítulo IV

Dimensões Sociais do Processo de Urbanização no Brasil

Os últimos três capítulos constituem a parte teórica deste livro. Um dos principais argumentos desenvolvidos nestes capítulos foi de que as cidades são partes de sociedades mais amplas e que isto deve ser levado em consideração ao se estudar os processos que ocorrem no seu interior e as populações por eles atingidos. Por sua associação com a teoria da “cultura urbana” discutiu-se também o modelo da modernização, mostrando como ele carece de historicidade ao não associar os fenômenos que examina com processos sociais e econômicos mais amplos. Por sua vez, o capítulo três, ao analisar a temática da marginalidade urbana na América Latina, discutiu, entre outras questões, a extensão em que as classes baixas urbanas compartilham a cultura dominante.

Os próximos três capítulos constituem uma tentativa de retomar algumas destas questões em relação ao Brasil. Isto será feito através da análise do processo de urbanização brasileira e seus concomitantes fenômenos sociais, de uma pesquisa que compara as orientações de diferentes camadas sociais de uma cidade brasileira e da análise da relação entre cultura e classe social em cidades brasileiras.

O objetivo do presente capítulo é o de analisar as transformações que estão ocorrendo no Brasil devido ao, ou começando com o desenvolvimento de uma sociedade urbano-industrial capitalista e discutir como estas mudanças afetam diferentes classes sociais. Em vez de separar as mudanças econômicas e demográficas de um lado, das mudanças sociais do outro, tentar-se-á discuti-las de um modo integrado.

Os viajantes estrangeiros e a realidade nativa

Com a transferência da família real portuguesa ao Brasil em 1808, o país tornou-se sede da monarquia. Os treze anos durante os quais a corte permaneceu no Rio de Janeiro foram de grande importância política e econômica e foram seguidos por nossa declaração de independência em 1822.

A abertura de nossos portos ao comércio exterior acarretou um fluxo de comerciantes e viajantes estrangeiros para o país. Várias destas pessoas deixaram descrições muito interessantes a respeito da vida e dos costumes do Brasil durante o último século.

Uma boa parte destes relatos concentrou-se no Rio de Janeiro, onde a família real vivia e que por isto se tornou uma cidade “cosmopolita” nas quais as pessoas mais abastadas tentavam se comportar de uma maneira que elas supunham ser européia. Lá, mais fortemente, a difusão cultural do gênero de vida burguês, eminentemente urbano, começou a se desenvolver entre as classes altas¹. Outras cidades eram menores e a vida nelas era bastante simples quando comparada com a capital.

Mary Graham, uma senhora inglesa que viveu em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823, notou a atmosfera mais sofisticada da capital ao afirmar que “As moças portuguesas e brasileiras são de aspecto decididamente superior às da Bahia: parecem de classe superior. Talvez a permanência da corte aqui por tantos anos as tenha polido”. E ela chegou à conclusão que “A cidade do Rio é uma cidade mais européia do que Bahia ou Pernambuco”. “Há na cidade um ar de pressa e atividade bem agradável aos nossos olhos europeus”².

Os gostos requintados da classe alta do Rio de Janeiro também foram observados por George Gardner, o superintendente britânico

¹ Queiroz, Maria Isaura Pereira de. “Do Rural e do Urbano no Brasil”, in Szmrecsányi, Tamás, e Queda, Oriowaldo (orgs.). *Vida Rural e Mudança Social*. São Paulo, Editora Nacional, 1973, p. 210.

² Graham, Maria. *Diário de uma Viagem ao Brasil e de Uma Estada nesse País Durante Parte dos Anos 1821, 1822 e 1823*. São Paulo, Editora Nacional, 1956, p. 183, 187 e 188. Publicado pela primeira vez em 1824.

dos Jardins Botânicos Reais do Ceilão que percorreu o Brasil de 1836 a 1841:

O grande desejo dos habitantes da cidade parece que é dar-lhes ares europeus, o que até certo ponto já acontece, parte pelo influxo dos próprios europeus, parte pelos próprios brasileiros que têm visitado a Europa para se educarem ou para outros fins. Raro se veem hoje nas ruas os extravagantes trajes, quer de homens quer de mulheres, que se encontram representados nas publicações dos viajantes que têm visitado o Rio. Apenas algumas velhas, quase sempre gente de cor, ainda se veem usar o pente e a mantilha; e o chapéu armado e as fivelas estão praticamente extintos. Hoje em dia senhoras e cavalheiros se trajam ao rigor da moda parisiense e todos mostram excessivo pendor para a ostentação de joias. A rua do Ouvidor é uma das mais belas da cidade, não que seja mais larga, mais limpa ou mais bem pavimentada que as outras, mas porque suas lojas são principalmente ocupadas por modistas francesas, joalheiros, alfaiates, livreiros, confeitores, sapateiros e barbeiros. Estas lojas são montadas com uma elegância que surpreende o estrangeiro, sendo muitas delas providas de grandes espelhos semelhantes aos que se veem frequentemente em todas as grandes cidades da Grã-Bretanha. É a Regent Street, do Rio, na qual se podem adquirir quase todos os artigos de luxo³.

Mas não se deve generalizar a partir do que estava acontecendo no Rio de Janeiro para o resto do país. Isto parece ter sido compreendido pela esposa de um professor norte-americano que viajou no Brasil em 1865 e 1866. Referindo-se à pouca importância que era então atribuída à educação de meninas no Brasil, ela fez menção à diferença entre a capital e outras cidades :

E se, dentre os nossos amigos do Brasil, houver alguns que, apoiados nos progressos e transformações que se operam na vida social do Rio de Janeiro, ponham em dúvida a exatidão de minhas asserções, tenho

³ Gardner, George. *Viagens no Brasil principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. São Paulo, Editora Nacional, 1942, p. 5-6. Publicado pela primeira vez em 1846. Num livro publicado vinte anos mais tarde, um outro autor britânico também chamou a Rua do Ouvidor de “a Regent Street do Rio de Janeiro”. Ver Scully, William, *Brazil; Its Provinces and Chief Cities; The Manners and Customs of the People; Agricultural, Commercial, and other Statistics, Taken from the Latest Official Documents; With a Variety of Useful and Entertaining Knowledge, Both for the Merchant and the Emigrant*. London, Murray & Co., 1866, p. 154.

uma resposta bem simples para dar-lhes: é que não conhecem as condições sociais das pequenas cidades do norte e do interior. (...) todos os que conheceram o Rio de Janeiro de há quarenta anos atrás, são acordes em proclamar as notáveis melhoras que se deram nos costumes sociais⁴.

O que estes e outros viajantes estavam de fato observando estava limitado não somente ao Rio de Janeiro mas também à sua classe alta com a qual eles tinham contato mais íntimo. Queiroz formulou a hipótese de que a difusão de um modo de vida burguês começou a ocorrer no Brasil aproximadamente a partir de 1820, muito antes de o país começar a se tornar industrializado. Este novo modo de vida diferenciou a população urbana não somente de acordo com níveis econômicos, mas principalmente do ponto de vista cultural, já que os estratos superiores adotaram o requinte e o arremedo de vida intelectual como um símbolo de distinção. A partir deste período, a vida nas cidades mais ricas quando comparada com a no campo começou a se tornar muito diferente em qualquer nível social⁵.

No final deste capítulo será argumentado que, como os viajantes estrangeiros do século passado, muitas vezes continua-se atribuindo a toda população urbana brasileira determinadas características que na realidade são somente traços de suas classes altas. Será sustentado, em contraposição, que a homogeneização cultural que se supõe estar ocorrendo em cidades brasileiras não atinge todas suas camadas sociais do mesmo modo, nem está uniformemente distribuída em todas as áreas de envolvimento social. Entretanto, antes disto é importante analisar o processo brasileiro de urbanização e de industrialização e suas concomitantes mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais.

⁴ Agassiz, Luiz, e Agassiz, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil 1865-1866*. São Paulo, Editora Nacional, 1938, p. 570 e 571. Publicado pela primeira vez em 1868.

⁵ Queiroz, *op. cit.*, p. 210. Ver também Queiroz. “Dialética do Rural e do Urbano: Exemplos Brasileiros”, in Blay, Eva Alterman (org.). *A Luta pelo Espaço*. Petrópolis, Vozes, 1978.

A economia colonial e o começo da industrialização

A fim de compreender como o Brasil começou a se tornar industrializado e a ter uma população urbana maior é necessário fazer referência à economia colonial brasileira. A última é geralmente descrita como tendo sido desarticulada e segmentada em várias regiões. Os vínculos entre estes segmentos se dava através da venda de mercadorias à economia da metrópole ou dos países industrializados, sem que ocorresse um comércio significativo entre as regiões, ou seja, sem nenhuma divisão de trabalho inter-regional no país⁶.

A formação de um modo de produção urbano-industrial capitalista no Brasil está ligada ao enfraquecimento da economia colonial e ao surgimento de uma economia de mercado. O exemplo da região São Paulo-Rio de Janeiro é revelador neste sentido.

O Brasil se tornou independente de Portugal quando a economia de mineração do primeiro estava declinando e num período de transição para a cafeicultura na região centro-sul. Na segunda metade do século passado o longo período de crescimento das exportações de café levou ao uso crescente de mão-de-obra na agricultura de exportação, em detrimento das atividades de subsistência e de manufatura. A isto deve-se acrescentar a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre (principalmente imigrantes) e o crescimento das cidades devido às atividades de exportação. A convergência destes fatores foi responsável pela formação de um mercado interno de certa importância, abastecido principalmente por produtos importados⁷.

Assim, paralelamente à formação de um mercado regional em São Paulo (tendo o café como base), desenvolveram-se mercados no Nordeste (tendo o açúcar como base) e no Sul (tendo a pecuária para abastecimento nacional como base).

Lopes sugeriu que nas últimas décadas do século XIX existiam algumas áreas de mercado em cidades de certo tamanho e nas áreas

⁶ Singer, Paul. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*. São Paulo, Editora Nacional, 1968, p. 8.

⁷ Id., *ibid.*, p. 44-45.

rurais que lhe eram tributárias e que estas “ilhas” de mercado tinham sua demanda de produtos industrializados atendida por importações. Como estas cidades eram mercados consumidores de bens manufaturados, elas foram uma das pré-condições do desenvolvimento industrial que teve lugar mais tarde e que, por seu turno, intensificou fortemente o crescimento urbano⁸.

O primeiro surto industrial brasileiro significativo ocorreu na última década do século passado com o aparecimento de indústrias alimentícias e têxteis de substituição de importações e com atividades complementares à importação e exportação. Estas indústrias se desenvolveram graças ao tamanho relativamente grande do mercado interno, à abundância de matérias-primas e a medidas protecionistas⁹.

Assim, a combinação destas condições, propícias ao desenvolvimento de uma indústria nacional, levou a seu surgimento nos centros urbanos em que já tinha sido criado um mercado para produtos manufaturados. Cada uma destas cidades industrializantes, que estavam espalhadas por toda costa brasileira, tinha seu mercado regional quase estancado¹⁰.

A “vocação agrária” do Brasil e a crise da República Velha

Apesar das mudanças que estavam ocorrendo no Brasil na virada do século, a imagem do país era ainda essencialmente rural. Assim, escrevendo no começo deste século, Oliveira Vianna sustentava que

Desde os primeiros dias da nossa história, temos sido um povo de agricultores e pastores (...). O urbanismo   condi o modern ssima da nossa evolu o social. Toda a nossa história   a história de um povo agrícola,   a história de uma sociedade de lavradores e pastores.   no campo que se forma a nossa raça e se elaboram as forças íntimas da nossa civiliza o. O dinamismo da nossa história, no período

⁸ Lopes, Juarez Rubens Brandão. *Desenvolvimento e Mudança Social; forma o da sociedade urbano-industrial no Brasil*. São Paulo, Editora Nacional, 1971. p. 8.

⁹ Furtado, Celso. *Análise do “Modelo” Brasileiro*. Rio de Janeiro, Civiliza o Brasileira, 1972, p. 16.

¹⁰ Lopes, *op. cit.*, p. 9.

colonial, vem do campo. Do campo, as bases em que se assenta a estabilidade admirável da nossa sociedade no período imperial^{10a}.

O quanto alguns políticos ainda acreditavam na “vocação agrária” do Brasil nas primeiras décadas deste século   bem caracterizado pela seguinte afirma o de Júlio Prestes, adversário de Getúlio Vargas nas elei es presidenciais que acabaram pretextando a Revolu o de 1930: “o fazendeiro   o tipo representativo da nacionalidade e a fazenda   ainda lar brasileiro por excelência, onde o trabalho se casa com a doçura da vida e a honestidade dos costumes completa a felicidade”. “O Brasil repousa sobre o núcleo social expressado pelas fazendas”¹¹.

Comparando-se este retrato bucólico com o apresentado por Getúlio Vargas em um discurso em 1943 em Volta Redonda onde a primeira usina siderúrgica estatal brasileira foi construída, pode-se constatar que ocorreu, pelo menos a nível do discurso, um deslocamento de uma ideologia agrária para uma mais industrial :

O problema básico da nossa economia estará, em breve, sob novo signo. O País semicolonial, agrário, importador de manufaturas e exportador de matérias-primas, poderá arcar com as responsabilidades de uma vida industrial aut noma, provendo as suas urgentes necessidades de defesa e aparelhamento. Já não   mais adi vel a soluço. Mesmo os mais empedernidos conservadores agraristas compreendem que não   possível depender da importa o de máquinas e ferramentas, quando uma enxada, esse indispensável e primitivo instrumento agrário, custa ao lavrador 30 cruzeiros, ou seja, na base do s l rio comum, uma semana de trabalho¹².

As mudanças sugeridas neste discurso têm, entretanto, raízes mais profundas que precisam ser rastreadas na República Velha (1889-1930). Naquele período, o Brasil experimentou importantes transforma es que assumiram uma dimensão mais ampla na República Nova (a partir de 1930).

^{10a} Vianna, Francisco José de Oliveira. *Evolu o do Povo Brasileiro*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1956, p. 55.

¹¹ Citado por Pereira, Luiz. *Trabalho e Desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, DIFEL, 1965, p. 88-89.

¹² Citado por Ianni, Octavio. *Estado e Planejamento Econ mico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro, Civiliza o Brasileira, 1971, p. 63.

Em poucas palavras, estas transforma es foram a cria o de uma indústria de substitui o de bens não-duráveis, o crescimento das cidades que eram capitais de mercados regionais, a crise do café, a crise do sistema baseado em combina es políticas entre as oligarquias agrárias (a “política dos governadores”) e o surgimento de revoltas sociais e militares que começaram na década dos vinte e culminaram com a Revolu o de 1930¹³.

A República Nova e a “voca o urbana” do Brasil

A partir da década de trinta, a a o conjunta de vários fatores políticos, econ micos e sociais produziu transforma es através das quais parte do excedente criado pelas oligarquias agrárias foi usado para iniciar um novo processo de industrializa o, embora os privilégios destas oligarquias tenham sido mantidos sob uma forma alterada.

A crise de 1929 (e seus efeitos na produ o de café) e a Segunda Guerra Mundial acarretaram uma expansão da indústria voltada a preencher o vazio deixado pela interrup o do abastecimento vindo do exterior¹⁴.

¹³ As interpreta es a respeito do sentido e dos objetivos da Revolu o de 1930 variam. Alguns autores consideram que ela significou a “derrota”, ainda que parcial, das oligarquias dominantes até então e que “o conjunto das atividades estatais, no período 1930-45, assinalam a agonia do Estado de tipo oligárquico e o desenvolvimento do Estado propriamente burguês” (Ianni, *op. cit.*, p. 13-14). Outros autores não atribuem   revolu o *per se* tal papel, já que eles pensam que ela não teve como objetivo o alvo deliberado de industrializar o país, processo que foi muito mais uma consequência inevitável da Segunda Guerra Mundial (ver Fausto, Boris. *A Revolu o de 1930; História e Historiografia*. São Paulo, Brasiliense, 1970). Oliveira, por seu turno, sustenta que a Revolu o de 1930 marca “o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial”. Ele, entretanto, argumenta com discernimento que houve e ainda há uma concilia o entre o crescimento industrial e o crescimento agrícola e assinala a existência de uma “integra o dial tica” entre estes dois processos (Oliveira, Francisco de. “A Economia Brasileira: Crítica   Razão Dualista”, in *Estudos CEBRAP*, n. 2, 1972, p. 9, 19 e 20).

¹⁴ Com a crise de 1929, o preço do café caiu mais de 60% em dois anos e só se recuperou depois da Segunda Guerra Mundial. Entre 1929 e 1937 a produ o industrial cresceu aproximadamente em 50% e no final da guerra a manufatura já era responsável por cerca de 20% do produto doméstico bruto.

Como as massas urbanas necessárias à industrialização começaram a aumentar, a “questão social” começou a ser considerada menos como “um caso de polícia” de Estado que também as necessitava como um apoio “legitimizador”.

É a partir deste período que um aparelho de Estado mais centralizado foi criado e que o poder se deslocou crescentemente do âmbito regional para o nacional. Entretanto, o novo tipo de Estado que começou a emergir tinha uma natureza de compromisso como assinalou Weffort:

Depois de 1930 um novo tipo de compromisso foi estabelecido, no qual nenhum dos grupos de poder era capaz de oferecer uma base de legitimidade: as classes médias careciam de apoio político em relação aos interesses tradicionais em geral; os interesses do café estavam desligados do poder político em consequência da crise econômica; e aqueles setores menos vinculados com a exportação estavam ligados aos setores básicos da economia.

Em nenhum destes casos podiam os interesses sociais e econômicos particulares servir como uma base para a expressão dos interesses gerais. Foi sob estas circunstâncias que um novo elemento apareceu em cena na história brasileira: as massas populares urbanas, que constituíam a única fonte possível de legitimidade para o novo estado brasileiro¹⁵.

É claro que as massas urbanas foram eficientemente manipuladas através de políticas paternalistas que tinham como finalidade mantê-las dóceis e sob controle. Com o novo arranjo político, que mais tarde desembocou no fenômeno do populismo, foi estabelecida uma estrutura sindical manipulada e foi criada uma legislação trabalhista.

Esta legislação, que só era aplicável às áreas urbanas, proporcionou aos assalariados das cidades um nível de vida bastante elevado que o vigente no campo. Isto funcionou como um poderoso mecanismo de atração para a massa rural que “passa a constituir para a economia capitalista industrial um verdadeiro reservatório de mão-

de-obra ou, na expressão clássica de Marx, um exército industrial de reserva”¹⁶.

De acordo com Singer, a mobilização deste exército ocorreu gradativamente entre 1930 e 1945 e se deveu a uma série de fatores tais como a abolição da autonomia dos Estados (que ajudou a unificar o mercado interno bem como a diminuir o poder das oligarquias locais e assim reduzir seu poder sobre a população rural), a construção de uma rede de rodovias ligando as principais regiões do país e assim ajudando e estimulando as migrações internas, o sistemático declínio da taxa de mortalidade que aumentou o exército industrial de reserva ao causar pressão sobre a terra e assim promoveu a emigração rural¹⁷.

O gradual deslocamento da economia brasileira de um eixo agrário para um eixo industrial não ocorreu em oposição aos interesses rurais, sendo ao contrário frequentemente associado a eles. Mas, embora os interesses agrários ainda sejam fortes hoje em dia, o setor industrial se tornou o mais dinâmico e hegemônico. De maneira correspondente, a composição de classes do Brasil também mudou com o crescimento daquelas classes mais tipicamente urbanas, isto é, a burguesia industrial, as classes médias fomentadas pelo crescimento industrial e a expansão do aparelho estatal, o proletariado industrial e a assim chamada população “marginal”.

Ianni sugere dois importantes momentos na crescente hegemonia dos interesses urbano-industriais. Para ele, a partir de 1930 (e mais especificamente com a implantação do Estado Novo em 1937) “consolidou-se uma vitória importante, ainda que parcial, da cidade sobre o campo. Pouco a pouco, as classes sociais de mentalidade e interesses caracteristicamente urbanos impuseram-se por sobre a mentalidade e os interesses enraizados na economia primária exportadora”¹⁸.

Aquele autor também sustenta que durante o governo Kubitschek (1956-1960), no qual outro processo de substituição de importações

¹⁵ Weffort, Francisco C. “State and Mass in Brazil”, in Horowitz, Irving Louis (ed.). *Masses in Latin, America*. New York, Oxford University Press, 1970, p. 390.

¹⁶ Singer, Paul. *Economia Política da Urbanização*. São Paulo, Brasiliense, 1972, p. 122.

¹⁷ Id., *ibid.*, p. 122.

¹⁸ Ianni. Op. cit., p. 21-22.

ocorreu (produzindo bens de consumo duráveis, bens de capitais e bens intermediários) , a hegemonia do urbano sobre o rural se desenvolveu mais ainda:

A própria cultura, em seu sentido amplo, transformou-se de modo notável, pelo desenvolvimento de novas formas de pensar e novas possibilidades de ação. Pouco a pouco, avançava a hegemonia da cidade, enquanto universo cultural singular, sobre a cultura de tipo agrário. Pode-se mesmo dizer que durante o Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira a *cidade* . conquistou uma segunda vitória sobre o *campo*, no sentido de que o poder político passou, em maior escala, às mãos da burguesia industrial. De fato, nesses anos, a ‘cultura da cidade’, enquanto sistema de valores, padrões de comportamento e modos de pensar peculiares às relações de produção geradas com a produção industrial e a expansão do setor terciário, passou a exercer uma influência ainda maior nos debates políticos, científicos e artísticos realizados nos centros dominantes do País. A partir dos anos 1956-60, já não era mais possível reviver — a não ser como anacronismo — a ideologia da ‘vocação agrária’ do Brasil. A *indústria*, como categoria econômica, política e cultural, passara a dominar o pensamento e a atividade dos governantes, e das classes sociais dos centros urbanos grandes e médios¹⁹.

O regime que começou em 1964 levou a acumulação capitalista industrial a níveis mais elevados em associação com o capital estrangeiro. As cidades, portanto, tornaram-se crescentemente mais importantes como centros dinâmicos da produção e como símbolos ideológicos de desenvolvimento. Neste sentido, o Presidente Geisel sustentou em 1975 que “a expansão urbana é, por excelência, o grande tema do Brasil moderno, em nossa época” e que a cidade “permitiu vingasse uma mentalidade reformista, predominantemente a da classe média urbana e que sustenta o avanço pacífico das leis trabalhistas, das leis sociais, das instituições econômicas, sociais e políticas”²⁰.

¹⁹ Id. *ibid.*, p. 172.

²⁰ Discurso pronunciado em 26-11-1975 na abertura do Simpósio “O Homem e a Cidade” sobre política urbana promovido pela Fundação Milton Campos. Para o texto completo, ver “Correio do Povo”. *Geisel expõe projetos urbanos do Governo e conclama Arena a obter adesão comunitária*. 27-11-1975, p.14.

Com a gradativa transferência da hegemonia econômica e política das classes com interesses e mentalidade rurais para as classes com interesses e mentalidade urbanos, o padrão de relacionamento entre diferentes grupos está se alterando. Queiroz, por exemplo, argumenta que a sociedade global brasileira é atualmente uma “sociedade urbana”. Ela sustenta que enquanto no passado certos processos sociais tinham lugar numa sociedade global agrária, na qual a cidade estava subordinada ao campo, hoje em dia eles se dão numa sociedade que é crescentemente caracterizada por traços urbanos, na qual a cidade tende sempre mais a dominar o campo que fica assim relegado a uma posição subordinada e também inferior²¹.

A transformação do Brasil em uma sociedade cada vez mais “urbana” ocorre através de vários processos. O primeiro é constituído pela ainda incipiente penetração de relações capitalistas no campo, acarretando a proletarianização dos camponeses e agricultores mais pobres que acabam migrando para as cidades em busca de trabalho.

O segundo se manifesta pela pressão sobre a terra causada em certas áreas rurais, onde a introdução (através da cidade) de melhoramentos sanitários e higiênicos (vacinas, antibióticos, etc.) ocasiona uma diminuição da mortalidade infantil e um conseqüente aumento de população que não é absorvida por causa das limitações sociais e físicas do meio rural.

O terceiro processo consiste na expansão das fronteiras agrícolas às quais pessoas atingidas pelos dois processos anteriores migram em busca de novas terras, atingindo assim frequentemente as já diminutas populações indígenas com conseqüências fatais para as últimas²².

²¹ Queiroz. “Do Rural e do Urbano no Brasil”, *cit.*, p. 216-217.

²² Sobre os dois primeiros processos ver, entre outros, Singer. *Economia Política da Urbanização* (cit.); Durhan, Eunice Ribeiro, *A Caminho da Cidade*. São Paulo, Perspectiva, 1973; Queiroz, *cit.* ; Cândido, Antônio. *Os Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo, Duas Cidades, 1971. Lopes, Juarez Rubens Brandão. “Développement capitaliste et structure agraire au Brésil”, in *Sociologie du Travail*, ano 19, janeiro-março, 1977. Sobre frentes de expansão ver Velho, Otávio Guilherme. *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária*. Rio de Janeiro. Zahar, 1972; Id. *Capitalismo Autoritário e Campesinato*. São Paulo, DIFEL, 1976. Para uma análise destes três processos e seus efeitos sobre a migração ver Lopes, Juarez

Finalmente, o quarto processo é representado pela atração que a cidade exerce sobre as populações rurais, através da expectativa de melhores condições de vida e trabalho, o que é fomentado pela constante difusão de imagens e valores urbanos através do país pelos meios de comunicação de massa.

Um dado significativo sobre o volume da migração no Brasil é o fato de que por ocasião do censo de 1970 quase um terço de todos os brasileiros estavam vivendo num lugar diferente daquele em que tinham nascido. A tabela 1 mostra o crescimento da população total e urbana do país.

É, entretanto, importante comparar a localização desta população com a da indústria. Na virada do século havia uma relativa dispersão industrial espalhada através dos centros urbanos dos mercados regionais. Entretanto, à medida que os vários mercados regionais se tornaram interligados, formando um único mercado nacional, pode-se observar uma clara tendência em direção à concentração industrial que é típica do Brasil atual.

A consolidação física e política do mercado nacional que ocorreu a partir de 1930 criou as condições para uma crescente concentração espacial de capital. Isto aconteceu primordialmente em São Paulo por várias razões, principalmente porque aquela cidade tinha a maior concentração industrial do país devido ao grande mercado regional formado pelo café²³.

Rubens Brandão. "Desenvolvimento e Migrações: Uma Abordagem Histórico-Estrutural", in *Estudos CEBRAP*, n. 6, 1973.

²³ Ver Singer. *Economia Política da Urbanização*, p. 123-124.

TABELA 1
Crescimento da População Urbana e Total do Brasil

Ano	População Total	População Urbana	% da População Urbana
1872	9.930.478	582.749	5,9
1890	14.333.915	976.038	6,8
1900	17.438.434	1.644.149	9,4
1920	30.635.605	3.287.448	10,7
1940*	41.236.315	12.880.182	31,24
1950	51.944.397	18.782.891	36,16
1960	70.967.185	31.990.938	45,08
1970	93.204.379	50.600.000	56,00
1980**	117.357.910	76.400.000	65,10

Fonte: Censos.

*Nos quatro primeiros censos, urbano significa a população *total* dos municípios cuja sede tinha mais de 50.000 habitantes. A partir de 1940, urbano significa somente a população de cidades e vilas, como definidas legalmente, isto é, respectivamente toda sede de município e toda sede de distrito, independentemente de seu tamanho.

**Estimativa.

TABELA 2

Distribuição Percentual do Valor da Produção Industrial do Brasil por Alguns de seus Maiores Estados

Estado	1907	1920	1938	1958	1965
São Paulo	16,5	31,5	43,2	53,2	57,6
Distrito Federal – Guanabara	33,1	20,8	14,2	11,2	9,3
Rio Grande do Sul	14,9	11,0	10,7	8,1	n.d.
Minas Gerais	4,8	5,5	11,3	5,7	n.d.
Outros Estados	30,7	31,2	20,6	21,8	33,1
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fontes: SINGER. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*, p. 177, e BERLINCK, Manoel T. *Marginalidade Social e Relações de Classes em São Paulo*. Petrópolis, Vozes, 1975, p. 75.

n.d. significa não-disponível.

A tabela 2 apresenta uma ideia de como se deu este processo.

A urbanização, entretanto, apresenta um padrão diferente da industrialização. A primeira se torna muitas vezes relativamente independente do desenvolvimento industrial regional. O crescimento das cidades menos industrializadas apresenta um ritmo quase tão intenso como o das cidades mais industrializadas. As cidades que crescem se espalham por todo o litoral brasileiro, não se observando uma macrocefalia urbana, nem uma concentração geográfica da industrialização semelhante à que ocorre na indústria²⁴.

A seguinte tabela ilustra este fenômeno.

TABELA 3
Distribuição Regional da População Brasileira Vivendo em Cidades de Mais de 10.000 Habitantes (A) e da População Economicamente Ativa em Atividades Industriais (B)

(em porcentagem)

Região	1950		1970	
	A	B	A	B
Norte	30,7	4,8	44,8	11,3
Nordeste	25,5	7,1	40,9	10,1
Sudeste	49,9	12,4	71,2	22,3
Sul	27,4	10,6	44,4	15,5
Oeste	27,0	6,6	46,8	11,5

Fonte: COHEN, Yousseff. "Crescimento Demográfico, Industrialização e Urbanização no Brasil", in *Revista de Administração de Empresas*, vol. 14, n. 2, 1974, p. 11.

Existe assim uma defasagem entre a carência de empregos em cidades de desenvolvimento industrial mais fraco e o rápido crescimento de suas populações. Nestas cidades uma grande parte da

²⁴ De acordo com Portes, em 1970 somente 8,9% da população total do Brasil e 26,5% de sua população urbana estavam concentrados em sua maior cidade (São Paulo). Dividindo a população desta cidade pela população das próximas três maiores cidades, aquele autor chegou a um índice de primacia urbana de 0,77, que é bastante baixo quando comparado com 2,83% para o Chile, 3,1 para o México, 4,03 para a Argentina, 5,32 para o Peru e 8,38 para o Uruguai, somente para mencionar alguns dos países latino-americanos. Ver Portes, Alejandro e Walton, John. *Urban Latin America. The Political Condition from Above and Below*. Austin, Texas University Press, 1976, p. 30-36.

população está geralmente desempregada ou subempregada num setor pseudoterciário e forma o que é frequentemente chamado de população "marginal", embora este fenômeno também esteja presente nas cidades mais dinâmicas.

Examinando a distribuição da população brasileira na estrutura ocupacional pode-se constatar que existe uma forte tendência em direção à concentração no setor terciário:

TABELA 4
Estrutura Ocupacional do Brasil
(em termos percentuais e absolutos em milhares)

Setor	1925	1940	1950	1960	1970
Primário	68% (7.011)	64% (9.446)	59,9% (10.253)	53,7% (12.164)	44,6% (13.183)
Secundário	12% (1.237)	10,1% (1.491)	14,2% (2.431)	13,1% (2.697)	18% (5.320)
Terciário	20% (2.062)	25,9% (3.823)	25,9% (4.433)	33,2% (7.520)	37,4% (11.054)
Total	100% (10.310)	100% (14.759)	100% (17.117)	100% (22.651)	100% (29.557)

Fontes: CEPAL. *El Proceso de Industrialización en América Latina*. Santiago, 1966 (apud CARDOSO, Fernando Henrique, e REYNA, José Luis. "Industrialização, estrutura ocupacional e estratificação social na América Latina", in *Dados*, n. 2/3, 1967, p. 13); ALMEIDA, Wanderley J. M. de, e SILVA, Maria da Conceição. *Dinâmica do Setor Serviços no Brasil. Emprego e Produto*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1974, p. 31.

Este grande setor terciário, é óbvio, abarca não somente as ocupações mais sofisticadas normalmente requeridas pelo desenvolvimento da indústria, mas também um grande número de atividades que são formas de subemprego ou de desemprego disfarçado.

A questão que precisa, então, ser formulada é se a sociedade urbano-industrial brasileira possibilita a integração à vida da cidade a toda a sua população urbana.

Os atuais visitantes estrangeiros das nossas grandes cidades ficam normalmente chocados pelo contraste de seus setores mais abastados

com a miséria de suas áreas pobres, principalmente as favelas. É, entretanto, importante dar-se conta que por mais baixos que o nível e condições de vida nestas áreas possam ser, eles são, não obstante, melhores que os prevalecentes no campo onde a vida é frequentemente ainda pior para as classes baixas. Comparadas com o campo, a maioria das grandes cidades brasileiras oferece melhores oportunidades no que diz respeito a serviços como saúde, educação, etc., e como tal representa uma melhora relativa em termos de condições de vida.

Isto se deve ao fato de que estas cidades são os centros mais dinâmicos da economia brasileira, nos quais suas contradições podem mais vivamente ser vistas e sentidas. Entretanto, como esta economia está baseada na exploração de uma força de trabalho sujeita a salários muito baixos e não consegue incorporar toda a população urbana ao mercado formal de trabalho, existe um grande setor que não tem empregos regulares.

Embora este setor “marginal” seja frequentemente descrito em termos ecológicos como se constituindo num problema habitacional, na realidade ele se caracteriza por formas de desemprego e subemprego e como tal reflete a incapacidade do sistema econômico de oferecer empregos regulares a sua população em idade de trabalhar.

Não existem praticamente dados sobre o volume de pessoas que integram este setor. Neste sentido é interessante que num discurso recente o Ministro da Previdência Social do Governo Geisel “mostrou-se especialmente preocupado com as condições de vida do que chamou de ‘quarto estrato’ da sociedade: a parcela da população do país caracterizada por ‘carências totais em termos de alimentação, habitação, vestuário e estado sanitário’. Ainda mais surpreendente foi a informação adicional fornecida por Nascimento e Silva: essa massa de miseráveis ‘não é inferior a 10 milhões de pessoas, podendo mesmo chegar a cerca de 25 milhões’”²⁵.

²⁵ VEJA. *O quarto estrato*, n. 418, 8-9-1976, p. 26. Numa entrevista subsequente o Ministro caracterizou “os grandes estratos da população brasileira, que, de forma simplificada, entendendo serem quatro: classe alta, média alta, previdenciária e carente. Este quarto estrato

A questão da homogeneização do Brasil urbano

As questões que foram levantadas nas últimas páginas apontam para a necessidade de estudar as transformações de comportamentos e orientações que estão ocorrendo em cidades brasileiras devido ao, ou começando com o desenvolvimento de uma sociedade urbano-industrial capitalista, e verificar como estas mudanças afetam diferentes classes sociais. Isto nos conduz de volta à questão formulada no início deste capítulo, ou seja, de que do mesmo modo como os viajantes estrangeiros do século passado, muitas vezes continua-se a fazer generalizações sobre toda população urbana brasileira baseadas em observações realizadas em apenas alguns pequenos segmentos dela.

Analisando dados sobre o crescimento urbano do Brasil, Harris comentou na metade da década dos cinquenta que “estes dados nos permitem concluir que o Brasil como uma nação está se tornando progressivamente mais urbano. Mas a questão a respeito de se as subculturas urbanas e rurais estão se tornando mais urbanas é um outro problema. Sua solução teria que depender de se a heterogeneidade, o secularismo e o individualismo estão ou não se tornando mais intensos, se a distinção entre facetas urbanas e rurais está se tornando mais ou menos aguda, e se um *etos* urbano está se tornando mais forte ou mais fraco. Este problema não é um que pode ser respondido simplesmente por dados estatísticos do crescimento de cidades”²⁶.

compõe-se dos miseráveis, dos pobres e dos indigentes, que, em uma aproximação formal, se pode considerar uma população pré-previdenciária”. (*VISÃO. Previdência, vais aos superpobres?*, vol. 49, n. 6, 13-9-1976, p. 101) .

Para análises econômicas do setor informal e desemprego urbano no Brasil ver, entre outros, Tolosa, Hamilton C. “Dualismo no mercado de trabalho urbano”, in *Pesquisa e Planejamento econômico*, vol. 5, n. 1, 1975; Idem. “Subutilização e Mobilidade da Mão-de-Obra Urbana”, in Barat, Josef (ed.) . *Política de Desenvolvimento Urbano: Aspectos Metropolitanos e Locais*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1976; Lodder, Celcius A. *Distribuição de Renda nas Áreas Metropolitanas*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1976; Merrick, Thomas W. “Employment and Earnings in the Informal Sector in Brasil: The Case of Belo Horizonte”, In *Journal of Developing Areas*, vol. 10, n. 3, 1976.

²⁶ Harris, Marvin. *Town and Country in Brazil*. New York, Columbia University Press, 1966, p. 286.

Analisando estudos e dados mais recentes sobre contatos, comunicações e valores de populações brasileiras, Lopes observou que os mesmos “tendem, todos, a nos dar a ideia de *relativa homogeneização dos centros urbanos, menores e maiores, na parte urbanizada do país*, pelo menos nas porções médias e superiores da estrutura social”. O mesmo autor, entretanto, advertiu com discernimento que este processo age sobre populações economicamente bastante distintas :

Por um lado, não há dúvida, as populações urbanas diferenciam-se, do ponto de vista econômico, devido às desigualdades regionais crescentes com que, sob as políticas industrializadoras, *grosso modo*, continua a se fazer o desenvolvimento. Do outro, porém, os meios modernos de comunicação, a educação, a estrutura institucional e as condições mesmas de vida urbana — fatores todos, note-se, derivados em parte da nova atuação estatal — agem num sentido claramente uniformizador. O comportamento, através das transformações que se operam na família e na religião, por exemplo, assim como as atitudes, os valores e as aspirações, sofrem tais influências. Delineia-se no Brasil um mundo urbano, nas suas regiões urbanizadas adiantadas ou atrasadas, mundo que se homogeneiza²⁷.

O fenômeno que precisa, então, ser explicitado é que provavelmente estão ocorrendo dois processos simultâneos e complementares em cidades brasileiras.

Por um lado, a intensificação da acumulação capitalista — processo que está no bojo da urbanização brasileira das últimas décadas — tende a homogeneizar todas as classes sociais naquelas áreas que estão mais próximas a atividades econômicas e interesses instrumentais e/ou mais fortemente sujeitas a influências ideológicas.

Por outro lado, entretanto, dado que esta mesma intensificação da acumulação capitalista diferencia os habitantes de cidades brasileiras de um modo essencialmente desigual e assimétrico, existe uma tendência oposta à heterogeneidade das classes sociais, não só em termos econômicos mas também naquelas áreas nas quais as classes baixas podem oferecer mais efetivamente resistência à difusão de

orientações culturais padronizadas. Esta questão é tratada empiricamente na pesquisa que é analisada no próximo capítulo.

²⁷ Lopes, *op. cit.*, p. 180 e 197.